



Advogado faz perícia para provar manipulação de escuta

O advogado Luiz Roberto Pardo, investigado na Operação Têmis da Polícia Federal, deflagrada em 2007, afirma que vai provar à Justiça que as escutas telefônicas usadas para embasar toda a investigação e a denúncia de que é alvo foram manipuladas e construídas em interpretações maldosas da PF. Pardo encomendou ao Instituto Brasileiro de Peritos em Comércio Eletrônico e Telemática (IBP) uma perícia no áudio de 11 mil horas de conversa de onde foram tirados alguns minutos que apontariam a sua participação em um esquema de negociação de decisões judiciais.

“Os laudos periciais demonstram manipulação das conversas. Vou juntar os laudos aos autos do STJ para provar a manipulação”, afirmou o advogado em depoimento à CPI das Escutas Telefônicas Clandestinas, na Câmara dos Deputados, na manhã desta quinta-feira (5/6). Pardo acredita que a perícia, em fase de conclusão, pode provar a sua inocência ao relator da denúncia no Superior Tribunal de Justiça, ministro Felix Fischer.

Na denúncia ao oferecida pelo Ministério Público Federal, Pardo é acusado de corrupção, exploração de prestígio, tráfico de influência, fraude processual e formação de quadrilha. Todo o material, segundo Pardo, se baseia apenas nas escutas telefônicas manipuladas.

Segundo o advogado, a PF pinça das escutas colhidas pedaços de conversas para atacar o Judiciário e juízes que contrariam suas teses. “A investigação seguiu com interpretações, as mais absurdas possíveis”, diz Pardo. “Pessoas sem preparo ouvem as escutas, escolhem a parte que querem e colocam nos autos do jeito que querem”, afirma.

Nas interpretações feitas a partir das escutas, Pardo narra que travesseiros entregues pela empresa de colchões Probel para uma juíza como presente de casamento se transformaram em propina nas palavras da PF. Da mesma forma, a “volta de uma viagem” foi interpretada com o retorno à quadrilha. “Sem referências concretas, as escutas ainda foram prorrogadas durante um ano”, lembra o advogado, que chegou a ficar nove dias preso. A Operação Têmis cumpriu 80 mandados de busca e apreensão em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Campo Grande (MS). Foram pedidas 43 prisões temporárias.

Também prestou depoimento na chamada CPI do Grampo o procurador da Fazenda Nacional em São Paulo Sérgio Gomes Ayala. Ele foi alvo da mesma operação da PF, ficou 21 dias preso e foi denunciado ao STJ pelos crimes de fraude processual e formação de quadrilha. Ayala também tem diversas acusações sobre a investigação. “Tenho arquivos que desautorizam a interpretação feita por policiais”, garante.

Ele sustenta que houve supressão de determinados arquivos, como o histórico das chamadas que identificam não só a data, hora e telefones envolvidos, como a localização das ligações.

A PF afirma que ele estaria num lugar em uma determinada reunião, mas na verdade ele garante que estava em outro ponto da cidade de São Paulo naquele mesmo dia e horário, e que o histórico de chamadas provaria isso se tivesse sido incluído no relatório da PF. “Para permitir a acusação, isso foi subtraído”, afirma Ayala. “A prova é usada para uma acusação e não na busca da verdade.”

Date Created



05/06/2008